# EDUCAR BEBÊS NO PRIMEIRO ANO DE VIDA

ELAINE LIMA DA SILVA

RESUMO
Este artigo se propõe a tratar da Educação de bebês no primeiro ano de vida, tendo como premissa a inserção de bebês de zero a um ano em instituições educacionais, em geral, denominadas como creches ou centros de educação infantil. Tendo como objetivo compreender os caminhos para o trabalho pedagógico com bebês no primeiro ano de vida e a importância da relação entre o bebê e o adulto cuidador, no sentido de oportunizar aos bebês aprendizados e experiências, capazes de dar-lhes um lugar no mundo, desenvolvendo uma existência, a possibilidade de simbolizar e criar sentidos, num processo para tornar-se humano. A metodologia de estudo orienta-se a partir de pesquisa bibliográfica, em que se identificaram contribuições da Pedagogia, Psicologia, Filosofia e História. Apresenta-se o espaço para bebês em Instituições de Educação, a Função Materna na educação de bebês, a autonomia e primeira infância e propostas pedagógicas para bebês. Os resultados deste trabalho indicam conceitos teóricos sobre a atenção necessária e fundamental à existência do recém-nascido, no sentido de não se limitar aos cuidados físicos, estendendo-se ao simbólico e psíquico, em que se pressupõe o vínculo entre o bebê e os educadores, já que os pequenos necessitam desta referência afetiva para desenvolver a capacidade de contato consigo mesmo e com o mundo exterior. Sendo assim, no âmbito do trabalho realizado por educadores nas instituições de ensino, faz-se necessário considerar as necessidades de aprendizagens da referida faixa etária, considerando como elementos principais: o espaço físico, as interações, os materiais e os tempos ou rotinas. Conclui-se que a educação para bebês no primeiro ano de vida é um tema muito sensível às famílias, como também para educadores e instituições de ensino, envolvendo questões que vão desde a organização dos espaços físicos para receber os bebês, a formação dos profissionais de educação, a quantidade de bebês por profissional à processos emocionais nas famílias. Logo, as concepções de infância e de educação devem estar comprometidas com a primeira infância, preocupadas que bebês e crianças habitem o fazer pedagógico, isto é, estejam na centralidade das ações nas unidades de ensino.

Palavras-chave: Educar, Primeira Infância, Autonomia, Vínculo Afetivo, Desenvolvimento.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como proposta tratar da Educação de bebês no primeiro ano de vida, tendo como premissa a inserção de bebês de zero a um ano em instituições educacionais, em geral, denominadas como creches ou centros de educação infantil.

Para tanto serão abordados temas como o espaço para o bebê em Instituições de Educação para entendermos o percurso histórico-filosófico e as condições sociais que deram origem à educação de bebês e crianças pequenas; a Função Materna na educação de bebês, que para a psicanálise, está na relação do bebê com a mãe, mas também se estende ao adulto que se ocupa do bebê; autonomia e primeira infância, destacando o papel do educador em estabelecer uma relação de confiança e colaboração com o bebê; e por fim, propostas pedagógicas para bebês, considerando as especificidades da faixa etária e a promoção do desenvolvimento.

Os assuntos abordados são caros à prática docente no cotidiano de instituições educativas com foco em bebês e crianças pequenas, resultados de buscas e leituras em bibliografia especializada e pretendem contribuir com as discussões acerca da prática pedagógica na Educação Infantil, bem como, como material informativo a famílias, estudantes e demais interessados em como é encaminhado nas instituições de ensino a prática pedagógica com bebês no primeiro ano de vida.

## DESENVOLVIMENTO

### O ESPAÇO PARA O BEBÊ EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO

O espaço destinado à educação de bebês inicia-se no Brasil através de instituições privadas, com a fundação de creches de caráter

essencialmente assistencial e filantrópico, uma demanda da sociedade industrial em ascensão. No início do século XX, a intensificação dos processos industriais e a crescente necessidade de mão de obra, incluindo mulheres, juntamente à falta de condições sanitárias adequadas e ao surgimento de epidemias sustentaram a criação de instituições que configurassem como um paliativo sanitário e médico para o cuidado com as crianças filhas de famílias trabalhadoras.

Inicialmente o poder público combatia as iniciativas de criação das chamadas creches, pois considerava que estes centros de cuidados tinham caráter beneficente, destinados aos menos afortunados, sendo assim, deveriam ser mantidos pelas famílias mais abastadas. Portanto, as primeiras instituições de cuidados com a infância tiveram o caráter privado, em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo. As primeiras instituições públicas surgem, quase vinte anos depois, em São Paulo no ano de 1896. Neste contexto,

A creche sempre se caracterizou como uma instituição emergencial, improvisada e um mal necessário. Essa concepção era traduzida por um atendimento extremamente empobrecido, de má qualidade, parcos recursos e quadros profissionais sem formação específica, composto, muitas vezes, por voluntários, além, evidentemente, de ausência de legislação específica e de normas básicas de atendimento. (ORTIZ e CARVALHO, 2012, p. 20).

Na segunda metade do século XX, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei 4024/61), incluiu as escolas denominadas maternais no sistema de ensino, sem assegurar o acesso, situação intensificada no regime militar, que destinou o atendimento nas creches à iniciativa da assistência social. Outros fatores ampliaram o debate e a necessidade do acesso a creches: o crescimento da entrada de mulheres no mercado de trabalho, a falta de condições de lazer nas cidades, discursos de ações compensatórias para a primeira infância das camadas populares e a redemocratização do país na metade dos anos 70.

No campo filosófico, as ideias da Escola Nova, introduzidas por Rui Barbosa desde 1882, circulavam entre expoentes intelectuais brasileiros, inspirados nos jardins de infância, criados por Fröebel (teórico francês), lugar onde crianças eram consideradas sementes que precisavam de condições favoráveis para florescer. Contudo, o discurso configurou-se em prática apenas nas instituições voltadas ao atendimento das crianças abastadas.

A década de 1980 é marcada pela pressão popular, da comunidade acadêmica e de profissionais que atuavam no segmento da Educação Infantil, contribuindo para mudanças significativas nas políticas públicas, culminando em alterações na legislação para o atendimento da infância, em que se destacam a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9396/96), reconhecendo, além das pré-escolas, as creches como instituições educativas, sendo dever do Estado o atendimento de crianças de 0 a 6 anos. Outro documento importante no sentido da proteção às crianças, é o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, (Lei 8069/90), reconhecendo os direitos da referida faixa etária.

Estes documentos foram marcos legais para a garantia de direitos e no atendimento às crianças em creches e pré-escolas, primeiro passo no caminho da modificação do cenário assistencialista e compensatório da educação infantil para um modelo em que o acesso à instituição de ensino configura-se como direito e com práticas educativas preocupadas com o desenvolvimento e aprendizagens dos pequenos.

Atualmente a Educação Infantil é destinada a receber crianças de zero a cinco anos, compreendida como parte da Educação Básica, que pode ser oferecida em período parcial ou integral, responsabilidade de professores habilitados.

As instituições de Educação Infantil têm como orientação as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) e a Base Nacional Curricular Comum (2018), documentos que reafirmam o reconhecimento da Educação como um direito para crianças na faixa etária em destaque e a concepção de educar e cuidar como elementos indissociáveis no processo educativo.

## A FUNÇÃO MATERNA NA EDUCAÇÃO DE BEBÊS

A primeira infância é conhecida como fase fundamental ao desenvolvimento humano,

momento em que as maiores potencialidades cognitivas, psíquicas e sociais podem ser desenvolvidas. Neste sentido, o processo educativo acontece na relação com o outro, uma vez que, o adulto é o responsável num primeiro momento em inserir o bebê em uma cultura, oferecendo-lhe aprendizados e experiências, capazes de dar ao pequeno um lugar no mundo, desenvolvendo uma existência, a possibilidade de simbolizar e criar sentidos, num processo para tornar-se humano.

A satisfação das necessidades orgânicas do bebê marca a possibilidade de progredir no contato com o outro, quando o pequeno se sente confortável e atendido, fica à vontade para conhecer o mundo externo. Na psicologia, este movimento foi caracterizado como o outro primordial do bebê, isto é, a atenção necessária e fundamental à existência do recém-nascido não se limita aos cuidados físicos, estende-se ao simbólico e psíquico,

O corpo não se desenvolve sozinho sob a ação do tempo. Precisa ser nutrido, mantido em conforto, protegido. Para que haja nutrição é preciso um organismo que a processe, mas nada disso acontece sem a interação humana do bebê com um adulto, que além de oferecer o alimento necessário e adequado, de controlar as ações fisiológicas, fala e olha para essa criança dando sentido a cada um desses aspectos. (ORTIZ e CARVALHO, 2012, p. 20).

O trabalho pedagógico realizado nas Instituições de Educação para a primeira infância pressupõe o vínculo entre o bebê e os educadores, já que os pequenos necessitam desta referência afetiva para desenvolver a capacidade de contato consigo mesmo e com o mundo exterior, começando na satisfação das necessidades biológicas elementares e se estendendo no futuro próximo às habilidades socioemocionais, isto é, nutrido de suas necessidades, o pequeno, pode explorar as possibilidades que se apresentam a sua volta. Este trabalho em conjunto com o adulto referência, é denominado Função Materna, que para a psicanálise, está na relação do bebê com a mãe, mas também se estende ao adulto que se ocupa do bebê. Nas creches ou centros de educação infantil, os pequenos precisam deste contato, que atenda às suas necessidades e que dê significado às suas ações, um olhar que vai além de catalogar e classificar o desenvolvimento dos bebês, e sim, prescinde de disponibilidade para ouvir e se colocar em função das necessidades do recém-nascido.

O trabalho docente busca desenvolver a comunicação emocional, desta feita, bebês são tratados como sujeito nas relações, há uma parceria entre educando e educador, que vivem juntos os tempos, espaços e materialidades disponíveis. “O educador se vincula ao bebê com o olhar de quem supõe, prevê, transfere significados à comunicação da criança.” (ORTIZ e CARVALHO, 2012, p. 39).

Cabe considerar que quando se aborda a Função Materna não se pretende que o educador ou a instituição de ensino substituam a estrutura familiar, mas sim, que atuem em caráter suplementar, apesar de similar em alguns momentos, família e escola exercem papeis diferentes e complementares.

A atuação profissional na educação infantil compreende a integralidade do sujeito, sem a divisão corpo mente, considerando a cognição, a afetividade, aspectos socioculturais e biológicos, além de ampliar as relações entre educando e educador. O que a psicogenética dialética do desenvolvimento de Wallon destaca como uma afetividade orgânica que vai sendo transformada pelo meio social. Sobre o recém-nascido, destaca o processo indissociável entre o desenvolvimento psíquico e biológico, isto é, a afetividade apresentada como expressão de bem-estar ou mal-estar e ao longo do seu desenvolvimento ganha forma funcional, cognitiva “assim, podemos compreender a afetividade, de forma abrangente, como um conjunto funcional que emerge do orgânico e adquire um status social na relação com o outro e que é uma dimensão fundante na formação da pessoa completa” (FERREIRA e ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 27).

## AUTONOMIA E PRIMEIRA INFÂNCIA

Judit Falk (2011) em seus estudos sobre a educação nos três primeiros anos de vida, apresenta a autonomia na primeira infância, com base na experiência em Lóczy, uma instituição nascida em Budapeste, Hungria, na década de 40, destinada a acolher crianças órfãs, idealizada pela médica e pesquisadora da infância Emmi Pikler. A premissa da metodologia apli-

cada para o trabalho no instituto baseou-se na relação afetiva e na liberdade de movimento como promotores de bem-estar físico e psíquico em bebês e crianças pequenas.
Nesse contexto, o papel dos educadores que atuam com bebês e crianças é o ponto de partida do que ficou conhecida como a Abordagem Pikler, uma vez que, como já destacado anteriormente, o adulto é o responsável em inserir o bebê no mundo, por isso, o educador deve estar presente na ação com o bebê, estabelecendo um diálogo com o pequeno, incentivando a reciprocidade e a colaboração da criança nos cuidados diários, assim atribuindo significado aos gestos do bebê por meio da linguagem e consequentemente fundamentando a constituição psíquica do pequeno, que conforme vai crescendo, percebe sua participação, e logo, passa a participar voluntariamente.
A importância do papel do educador, em sua função de apresentar o mundo ao recém-nascido, não deve ser confundida com a ideia comum de incapacidade e dependência amplamente difundidas a um neonato, conceito que termina por desvalorizar as descobertas autônomas dos pequenos, em favor, de valorizar as ações que ele realiza, de maneira a classificar e comparar, como por exemplo, se reconhece a educadora, se já senta, se engatinha, entre outros aspectos.
Mas sim, considerar que bebês e crianças têm suas próprias descobertas, reconhecer que eles têm seu próprio olhar para o mundo, ativo por si mesmo e competente desde o nascimento. Assim, desloca-se o foco de visão da atividade para a descoberta livre, o que é urgente na atuação profissional com a primeira infância, pois
Muitas vezes involuntariamente e muitas vezes com argumento, o adulto impede que a criança atue fora dos momentos concretos que ele – adulto – tenha previsto. Sendo assim, a criança passa uma parte do seu tempo esperando: esperando que alguém venha até ela, esperando que chegue o momento da atividade, esperando crescer para variar a atividade, esperando passivamente. (TARDOS e SZANTO-FEDER, 2011, p. 41).
A experiência em Lóczy permite concluir ainda que o trabalho do educador com bebês e crianças está além de medir as capacidades dos pequenos, mas sim, em observar a vida cotidiana e habitual, o que acontece na espontaneidade, uma vez que, a criança vive a brincadeira, não apenas brinca, está implicada seriamente em suas ações, enquanto, o adulto, que atentamente observa, percebe "os sinais de uma evolução, os elementos mais ou menos favorecedores de progresso, os fatores de comportamento futuros cada vez mais complexos" (TARDOS e SZANTO-FEDER, 2011, p. 42). Desta forma, o educador pode garantir aos pequenos a liberdade de movimento para seguir em suas descobertas, além de propostas interessantes para o seu desenvolvimento.
Nesse sentido, é essencial estabelecer com o bebê uma relação de confiança e colaboração para que se desenvolva a autonomia na primeira infância, para tanto, o contato com o bebê deve ser cuidadoso e respeitoso, com o educador presente na ação, antecipando verbalmente suas ações, de maneira a permitir que as ações repetidas fomentem no pequeno a ideia de previsibilidade e segurança, o que consequentemente vai culminar na sua participação.
A relação afetiva gera o diálogo tônico, que é a raiz da linguagem, permitindo que o bebê capte a intencionalidade por trás das palavras e compreenda, aos poucos, o seu sentido. É difícil saber quando a criança passa a compreender o adulto. Como ainda não se expressa verbalmente, muita gente imagina que ela não entende nada, mas quem tem sensibilidade sabe o quanto compreendem e respondem. É na relação de reciprocidade com os gestos e as falas do adulto que o bebê vai se inserindo na cultura e apropriando-se dela, aprendendo o que é comunicar-se. (SOARES, 2020, p. 23 e 24).
Uma vez estabelecida a relação de confiança, o bebê sente-se seguro, está livre em seus movimentos, "sua atenção e seu interesse se organizam no ritmo exato de sua maturidade, no nível que corresponde ao seu estágio de crescimento" (TARDOS e SZANTOFEDER, 2011, p. 46), isto é, o pequeno pode estar envolvido com suas mãos e pés, observando objetos ou a natureza e, ainda movendo-se onde estiver – dependendo da sua capacidade de atenção, curiosidade ou estado de humor, num processo em que ninguém está lhe ensinando nada, é movido pelo seu interesse e experimenta-

ção. Sendo assim, a criança pequena pode escolher pela repetição ou pela mudança de projeto, encontrando a possibilidade de desenvolver suas habilidades e aperfeiçoando-as, cabendo ao educador oferecer um espaço, objetos e brinquedos habituais, que permitam aos pequenos avançar em sua autonomia e desenvolvimento de aprendizagens, pois

As crianças que têm boa saúde e um bom estado psíquico descobrem, efetivamente, por sua própria conta e em determinada ordem, todas as etapas da motricidade [...] desenvolve-se uma atividade realmente autônoma e contínua que é um fator fundamental na estruturação de uma personalidade competente. (TARDOS e SZANTO-FEDER, 2011, p. 48 e 49).

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA BEBÊS

Ao pensar em Propostas Pedagógicas para bebês, tomamos como referencial bebês e crianças inseridos em uma Instituição de Educação Infantil, que em geral, são conhecidas como creches ou centros de educação infantil, consideramos ainda a faixa etária de zero a um ano de vida.

É fundamental nessa etapa de desenvolvimento oferecer condições seguras e propícias às aprendizagens de bebês, para tanto, a organização do trabalho pedagógico deve considerar como elementos principais: o espaço físico, as interações, os materiais e os tempos ou rotinas.

O espaço físico compreende um lugar, um ambiente, mas também, uma estrutura capaz de ensinar por meio de suas cores, mobiliários, iluminação, equipamentos, decoração, revelando as concepções de infância e de educação a que se vincula. Recuperando a ideia de movimento livre e de afetividade já apresentada anteriormente, é fundamental que os espaços destinados ao atendimento de bebês possibilitem tais conceitos.

Os ambientes em geral destinam-se ao uso coletivo, contudo, a identidade pessoal de cada bebê deve ser respeitada e valorizada, o que se dá desde a o manuseio de seus itens de uso pessoal, trazidos na mochila, como nos locais e materiais disponibilizados para higiene e ainda materiais na instituição de ensino com os quais o bebê identificou-se e que lhe remetem segurança, como uma almofada, um livro, um brinquedo, um lugar específico na roda de história, entre outros.

Na referida faixa etária, os pequenos ficam muito tempo no chão, logo, é importante intervir em diferentes texturas, temperaturas e cores. O espaço é um aliado na promoção das capacidades motoras, devem incentivar as descobertas. Nesta etapa os bebês ficam em pé, apoiando-se no mobiliário, portanto, a base, para tais movimentos, deve ser considerada, bem como de estruturas como barras de apoio, rampas, tuneis, circuitos, pneus dentre outros materiais que permitam a exploração do ambiente através do movimento livre e sustentem a conquista da marcha.

A sala de aula em geral personifica a ideia de escola e aprendizagem, no entanto, para a educação de bebês o processo de aprendizagem acontece pelas experiências e explorações dos pequenos, sendo assim, todas as ações são educativas: a brincadeira, a alimentação, a troca de fraldas, o banho entre outras. Por isso, mesmo que a organização da escola presuma uma sala de referência para a convivência com adultos e seus pares, este ambiente não é estanque, pode e deve ser flexível às necessidades dos pequenos, isto é, um lugar onde a princípio se brinca pode ser transformado no local para refeições, ou mesmo para o descanso, já que a mudança de ambiente pode não ser tão simples para os mais pequenos. Portanto, garantir um espaço previamente conhecido para o bebê, fortalece a segurança e o vínculo.  Importa, destacar que o espaço para higiene e banho necessita de local separado e específico para segurança sanitária de bebês, educadores e demais funcionários.

Quanto às interações e aos materiais, vale lembrar que

A escola de educação infantil, ao longo dos anos, vem representando diversas funções para a sociedade, especialmente para adultos e crianças que fazem dessa instituição um espaço de cuidado, de socialização, e aprendizagem e educação. Isso resulta do fato de que, nas últimas décadas, os diversos segmentos da sociedade têm voltado sua atenção para as necessidades das crianças em contextos de vida coletiva. (FOCHI, 2015, p. 31).

Assim, a pedagogia para a primeira infância

preocupa-se que bebês e crianças habitem o fazer pedagógico, o que quer dizer, destituí-los do papel de aluno para redefinir o projeto educativo, retomamos aqui os conceitos já apresentados do bebê como sujeito ativo, autônomo e curioso na sua relação com o mundo. Por isso, importa tratar das interações e dos materiais neste viés, pois diferente de crianças maiores, que brincam com jogos simbólicos e de forma mais complexa, bebês no início da vida brincam olhando para seu cuidador, com o próprio corpo, com os movimentos e as cores que vê, têm uma sensorialidade na brincadeira, entregues com todos os sentidos em suas investigações.

O brincar é uma possibilidade de formar vínculos com o adulto cuidador, depois brincar sozinho, mas percebendo o olhar do outro e por fim, brincar com outros bebês. "O bebê se constitui a partir da imersão em um universo simbólico, ou seja, em uma cultura específica que é transmitida nas primeiras relações que estabelece; portanto o bebê também se constitui nas brincadeiras. Constitui-se psiquicamente [...] e socialmente" (ORTIZ, e CARVALHO, 2012, p. 39).

As materialidades estão presentes nos momentos de interação, são potenciais no sentido de ampliar a capacidade exploratória do bebê, criando e transformando o espaço para as investigações iniciadas pelos pequenos. Neste contexto, o educador não faz uma intervenção direta na brincadeira ou nos movimentos dos bebês e sim atua como facilitador que após uma observação atenta oferece possibilidades de exploração com materiais que permitam aos bebês darem continuidade aos seus interesses.

A disponibilidade dos materiais, sejam eles objetos ou brinquedos não são decididos aleatoriamente, mas respeitam os interesses dos pequenos, sendo assim, os objetos podem ou não ocupar o espaço repetidas vezes, ou ainda, estar condicionados às recentes conquistas motoras dos bebês, "quando o bebê conquista uma nova posição corporal, por exemplo, alguns objetos adequados à nova postura podem ser acrescentados. É o caso de incluir bolinhas no momento em que a criança passa a conseguir se deslocar no espaço, para poder alcançá-las" (SOARES, 2020, p. 42).

As materialidades podem e devem ser oferecidas de acordo com a faixa etária da criança, segundo a abordagem Pikler apresentada pela pesquisa de Soares (2020), no período de três a seis meses de vida, o educador deve investir nas cores, oferendo materiais leves como tecidos, coloridos e estampados, que favorecem a capacidade de agarrar e podem ser experimentados também com a boca. Para além do paninho, outros materiais leves, com diferentes pesos e texturas podem ser oferecidos, contudo, a pesquisa destaca a importância de evitar brinquedos sonoros, com sons estridentes, não conhecidos dos bebês. É mais relevante nesta fase, que o pequeno produza seus próprios sons, batendo os objetos contra o chão, um no outro ou mesmo emitindo sons vocais.

A capacidade de agarrar deve ser incentivada, o educador, pode disponibilizar objetos que provoquem o bebê a segurá-los com uma das mãos, por exemplo, argolas, chocalhos e pequenos pedaços de pano. Na sequência os materiais podem variar para pequenos tocos de madeira ou livros de pano ou plástico que vão exigir novas habilidades. A distância dos objetos em relação à criança deve ser pensada de acordo com a intencionalidade, mais próximos para incentivar a agarrá-los facilmente e um pouco mais afastado para demandar mais esforço, mas de forma que possam ser alcançados.

No período de seis meses a um ano, com a capacidade de segurar mais consolidada, o educador pode ampliar a oferta de objetos, variando em peso, forma e textura. À medida que o bebê passa a se deslocar, os materiais não precisam estar tão próximos, é possível organizá-los em cantos diferentes, incentivando a locomoção. A partir do nono mês, já é possível oferecer "objetos continentes como cestas, copos, vasos bacias e cubos de materiais, alturas, e comprimentos diversos. E também disponibilizar uma boa quantidade de objetos pequenos [...]" (SOARES, 2020, p. 37)., incentivando a habilidade de agrupar e encaixar.

Por fim, tratamos do tempo e das rotinas que organizam as atividades realizadas coletivamente durante o dia e marcam as rotinas individuais de cada bebê. Assim como nos elementos anteriores, deve-se considerar a

faixa etária em questão, bebês tão pequenos não devem ser adaptados às rotinas de crianças maiores, tanto em propostas com fins pedagógicos ou ainda com fins de cuidados, ou seja, mesmo que seja fundamental ler para bebês, isso não quer dizer que estes vão se sentar em roda, ou quanto ao momento do descanso e os rituais do sono, igualmente serão diferentes de acordo com cada indivíduo. As rotinas são importantes mesmo na educação de bebês e, por isso, devem ser compreendidas a partir da construção de uma proposta educativa adequada à faixa etária que se atende, para tanto, "o educador de crianças pequenas necessita desenvolver a capacidade de observação e de reflexão sobre a prática, [...] evitando, por exemplo, situações estressantes" (ORTIZ, e CARVALHO, 2012, p. 89 e 90) e articulando-se com as famílias, para que haja uma continuidade nos cuidados com os pequenos.

No que tange a organização dos grupos de berçários nas creches e centros de educação infantil, da mesma forma, como a frequência do bebê colabora com a sua adaptação e segurança na instituição, igualmente, os profissionais que atuam com os bebês devem garantir estabilidade e segurança, sendo figuras de referência e que permaneçam com os bebês por um tempo mais longo, já que os vínculos são formados nas vivências do cotidiano, na presença do educador, na alimentação, ao dar o colo, nos cuidados com a higiene, nas conversas, nas brincadeiras, enfim, com o educador efetivamente presente na relação com o bebê ou grupo de bebês.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para bebês no primeiro ano de vida é um tema muito sensível às famílias, como também para educadores e instituições de ensino, envolvendo questões que vão desde a organização dos espaços para receber os bebês, a formação dos profissionais de educação, a quantidade de bebês por profissional, a oferta de vagas em instituições públicas, o custo de escolas privadas, o adoecimento dos bebês em virtude da maior exposição e contato social, a insegurança de conviver em um ambiente fora de casa e mesmo o sentimento de culpa e abandono por parte da mãe ou responsáveis.

A decisão em matricular o recém-nascido numa instituição de ensino pode não ser tão simples para muitas famílias, dada também as necessidades dos bebês pequenos, extremamente dependentes do adulto para sua sobrevivência, tanto do ponto de vista biológico como psíquico. Uma vez que o bebê precisa de um olhar que dê significado às suas ações para que ocorra o processo de estruturação simbólica e psíquica, que vão propiciar a constituição do pequeno em um ser e sua participação na comunidade humana.

O início da vida é um momento em que muitas conexões são estabelecidas, por isso, a importância do vínculo entre o bebê e um adulto referência, que irá desempenhar a Função Materna, ou seja, na escola, um educador sensível para reconhecer as necessidades mais subjetivas do bebê e não apenas questões facilmente observáveis das etapas do desenvolvimento.

É sabido que a educação para crianças pequenas tem início com base em questões econômicas e sociais, assumindo por muito tempo um cunho assistencialista e de caráter sanitário e compensatório. A atenção para as necessidades de bebês e crianças ainda é muito recente. O cenário da educação para crianças pequenas tem mudado rapidamente em poucos anos, já que o ingresso de bebês recém-nascidos em instituições de ensino cresce consideravelmente. Sendo assim, a urgência em reconhecer pedagogias comprometidas com a primeira infância.

Em instituições voltadas ao atendimento de bebês, o compromisso primordial está em reconhecer a singularidade desta faixa etária, acolher suas necessidades e mediar suas experiências consigo e com o mundo, para assegurar processos educativos responsáveis, oferecendo condições seguras e propícias às aprendizagens de bebês.

Desta forma, as concepções de infância e de educação devem estar comprometidas com a primeira infância, preocupadas que bebês e crianças pequenas habitem o fazer pedagógico, isto é, destituindo-os do papel de aluno, para redefini-los como sujeito ativo, autônomo e curioso na sua relação com o mundo, capaz de ressignificar as relações e os ambiente em que convivem, um ser que aprende e ensina. Nesse contexto, a atuação dos profissionais

da educação fundamenta tal visão, pois o adulto vai colocar em ação a visão da creche ou centro de educação infantil como lugar para o desenvolvimento, a socialização e as aprendizagens dos bebês e crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.
BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. FALK, Judit (org.). Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy. São Paulo: Junqueira & Marin Editores, 2011.
FERREIRA, Aurino Lima e ACIOLY-RÉGNIER, Nadja Maria. Contribuições de Henry Wallon à relação cognição e afetividade na educação. Educar, Editora UFPR, Curitiba, n.36, p. 21-38, 2010.
FOCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Porto Alegre: Penso, 2015. OLIVEIRA, Zilma Ramos de (org). O trabalho do professor na Educação Infantil. São Paulo: Biruta, 2012.
ORTIZ, Cisele e CARVALHO, Maria Teresa Vencesclau. Interações: ser professor de bebês, cuidar, educar e brincar, uma única ação. São Paulo: Blucher, 2012;
SOARES, Suzana Macedo. Vínculo, movimento e autonomia: educação até 3 anos. São Paulo: Omnisciencia, 2020;
TARDOS, Anna e SZANTO-FEDER, Agnès. O que é autonomia na primeira infância? In: FALK, judit (org.). Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy. São Paulo: Junqueira & Marin Editores, 2011, p. 39-52.